

Sayad: Pagamento da dívida

Ministro defende na Costa Rica renegociação que

GILBERTO ALVES

Dívida Externa

CORREIO BRAZILIENSE | Brasília, quarta-feira, 26 de março de 1986 | 15

impede crescimento

permite "combater frontalmente a miséria"

"É indispensável iniciar agora uma renegociação ampla da dívida externa que reduza as transferências para o exterior e nos deixe espaço para utilizar a poupança que geramos em investimentos produtivos", disse ontem o ministro João Sayad, do Planejamento, ao discursar na 27ª reunião anual da assembleia de governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em São José, Costa Rica. Ele disse que o Brasil convide credores e devedores a, juntos, buscar soluções criativas, flexíveis e mutuamente benéficas "para impedir que o serviço da dívida externa siga sendo um ôbice gigantesco à retomada dos investimentos e ao crescimento de nossas economias".

Ao anunciar esses novos passos do governo brasileiro no plano econômico após o Programa de Estabilização Econômica, Sayad lembrou que o problema da dívida externa limita gravemente as perspectivas do Brasil e de todos os países da América Latina de manter, a médio e longo prazo, um crescimento sustentado e equilibrado. "O problema da dívida externa, o extraordinário esforço que temos feito para manter rigorosamente em dia nossos compromissos internacionais pelo pa-

gamento integral das obrigações assumidas, afeta o equilíbrio financeiro do setor público, prejudica a retomada dos investimentos, cerca nossa capacidade de importar mais para modernizar o parque industrial. Em última análise, nos impede de projetar taxas de expansão da economia compatíveis com as realidades de nossa demografia e com os objetivos maiores de melhorar o perfil da distribuição da renda e combater frontalmente a miséria que ainda assola nossos povos", assinalou Sayad, ressaltando que não bastam os "limitados esquemas de reescalamento que obtivemos nos últimos anos".

O ministro-chefe da Sepian defendeu uma expansão do papel do BID, através de recursos adicionais (a serem alocados na sétima reposição do capital da instituição) e pela concessão de empréstimos de maior impacto macroeconômico e setorial.

Sayad propôs ao plenário do BID tornar flexíveis as contrapartidas aos empréstimos da instituição. A posição brasileira é a de que a parcela em divisas caiá dos atuais 50 por cento para 25 por cento. "A crise econômica, que a todos nos afetou, prejudicou fortemente a capaci-

dade dos países tomadores de aportar contrapartidas suficientes para expandir suas listas de projetos. Um instrumento valioso para contornar este impasse dramático está à nossa disposição e consiste em aliviar a rigidez da matriz que regula a parcela em divisas dos empréstimos. Por que não introduzir nela a flexibilidade com que já operam outras instituições financeiras internacionais? Por que não tomar esta medida já?", observou o ministro-chefe da Sepian.

O ministro João Sayad defendeu também a suspensão do teto hoje vigente da "graduação", instrumento que se originou à época em que países como o México, Argentina e Brasil tinham acesso ilimitado ao mercado internacional de capitais, e que se caracteriza por não considerar prioritários os financiamentos a países quase industrializados, ou em vias de desenvolvimento. "Penso que, se feita de forma racional e equilibrada, a suspensão do teto vigente servirá para dar maior dinamismo ao banco e não prejudicará, em nada, a disponibilidade de recursos para os países que integram os grupos B, C e D", disse o ministro-chefe da Sepian.